

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16137 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

AÇÕES PEDAGÓGICAS NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: VIVÊNCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Samara Cardoso - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Diana Carvalho de Carvalho - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

AÇÕES PEDAGÓGICAS NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: VIVÊNCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

RESUMO: O trabalho resulta de dissertação que teve por objetivo investigar quais ações pedagógicas promovem vivências dos direitos da infância no 1º ano do Ensino Fundamental durante a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental em escolas da Rede Municipal de Florianópolis. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, análise de documentos, aplicação de questionários e entrevistas com professoras do 1º ano do Ensino Fundamental. Os dados foram organizados com base no método de Análise de Conteúdo, utilizando a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski como referencial teórico. Os principais resultados foram a ênfase nos documentos oficiais sobre o desenvolvimento integral da criança na transição; a relevância da relação família-escola e do afeto na acolhida das crianças; a importância da brincadeira no desenvolvimento infantil e na aquisição da escrita; compreensão de como as ações pedagógicas podem promover os direitos da infância durante a transição e a necessidade de aprofundar estudos das práticas baseadas na Teoria Histórico-Cultural devido à sua importância no contexto da transição e alfabetização.

A pesquisa reflete uma trajetória profissional e pessoal marcada pelo interesse em investigar a transição da Educação Infantil (EI) para o Ensino Fundamental (EF), buscando aprofundar a compreensão da transição para melhorar a prática pedagógica e a experiência escolar das crianças. A implementação da Lei do Ensino de 9 anos (Lei nº 12.274/2006) trouxe desafios adicionais, como a adaptação de crianças de 6 anos ao Ensino Fundamental. Essa transição, que muitas vezes desrespeita os direitos das crianças, intensificou as inquietações sobre práticas pedagógicas inadequadas, por compreender que a transição da EI para o EF é um momento importante para ações pedagógicas que respeitem as especificidades das crianças e seus direitos. A Teoria Histórico-Cultural de Lev S. Vigotski, que vê a criança como sujeito histórico e social, influenciou minha compreensão de que a imaginação, memória, pensamento e emoção são fundamentais para o desenvolvimento infantil.

A revisão bibliográfica de pesquisas realizadas entre 2011 e 2021 evidencia que a temática da transição continua relevante, mesmo após a implementação da Lei 11.274/06, e destaca a importância de um planejamento pedagógico que integre o lúdico e a participação das crianças no letramento.

Os documentos elaborados pelo MEC para orientar a implementação da Lei nas escolas apresentam alguns estudos indicando que as ações pedagógicas respeitem as crianças como sujeitos da aprendizagem e que considerem o pleno desenvolvimento infantil nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo; assegure para todas as crianças um tempo maior de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem, considerando que o aumento de tempo e permanência possibilite que elas aprendessem de forma significativa e de uma maneira mais prazerosa e, busque não restringir as ações pedagógicas à aprendizagem da leitura e da escrita de forma apenas de instrução mas, uma aprendizagem significativa da aquisição da leitura e da escrita como instrumento cultural complexo nas mais diversas formas de expressão.

Assim, os desafios enfrentados nas escolas são semelhantes em diferentes contextos, refletindo uma dificuldade nacional na implementação do EF de nove anos. Embora os pesquisadores da área sugiram a necessidade de uma base teórica sólida para orientar as práticas educativas, respeitando o desenvolvimento integral da criança, observa-se um desafio contínuo na efetivação de práticas pedagógicas condizentes para a transição escolar.

Considerando as especificidades das crianças e seus direitos, a pesquisa buscou observar e analisar como a implementação da Lei 11.274/2006, que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos está sendo aplicada na Rede Municipal de Florianópolis. Foram utilizados questionários e entrevistas com professores de escolas públicas de EF do município, explorando temas como perfil dos profissionais, a adaptação das crianças ao EF, estratégias utilizadas para facilitar a transição e a inclusão de brincadeiras e alfabetização no planejamento pedagógico. Investigou-se como as ações pedagógicas na transição para o 1º ano do EF podem promover os direitos infantis e minimizar a ruptura típica desse processo com o objetivo de identificar durante o momento da transição práticas que integrem os direitos das crianças, como participar, brincar e aprender (Quinteiro e Carvalho, 2012).

O campo de pesquisa foram as 38 unidades educacionais de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), as quais foi enviado um questionário para identificar ações pedagógicas na transição entre EI e EF e solicitar uma cópia do Projeto Político Pedagógico. Das 38 unidades, 34 responderam ao questionário, 24 Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) foram disponibilizados e 09 analisados, aqueles que apresentavam projetos específicos sobre a transição.

As entrevistas semiestruturadas com 9 professores das turmas de 1º ano do EF foram usadas para obter informações sobre as práticas pedagógicas de transição e abordaram questões sobre quais preocupações e atividades planejadas para inserir as crianças no novo ciclo escolar, organização de espaços, rotina, brincadeira, introdução da alfabetização e avaliação da aprendizagem. Também foram realizadas visitas em todas as escolas de EF da RMEF para conhecer os espaços e conversar com gestores e equipes pedagógicas, apresentando o tema e objetivos da pesquisa.

A análise documental incluiu os documentos locais das unidades educativas, documentos municipais e documentos, planos e programas nacionais.

A análise das informações coletadas foi baseada no método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977), utilizando a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski como referencial teórico. A exploração do material envolveu uma leitura minuciosa das respostas, dos documentos e das entrevistas, seguida pela categorização e reorganização dos dados. Na fase de inferência, tratamos os resultados, elaborando quadros com categorias baseadas nas informações obtidas.

Os questionários revelaram que a atividade da visita aos espaços do EF pelas crianças da EI do Grupo 5/6 foi a ação pedagógica mais evidente, em algumas unidades, com o objetivo de as crianças vivenciarem diferentes atividades no espaço do EF. Nos questionários, outras ações pedagógicas foram descritas como estrutura física dos espaços, planejamentos e/ou reuniões com professores e/ou famílias através do diálogo como prática colaborativa e participativa e termos como "adaptação", "inserção", "integração" e "acolhimento" foram usados para descrever o momento da transição. Estes conceitos, embora diferentes, têm o mesmo objetivo: familiarizar as crianças com os novos espaços, rotinas e atividades para reduzir o estranhamento. Carmo (2019) diferencia o acolhimento como uma transformação, enquanto a inserção e a adaptação são vistos como ações necessárias para a transição e Silva (2018) aponta que, com o auxílio destas definições, a integração seria o caminho mais adequado para pensar a transição como lugar de encontro entre EI e EF.

Quinteiro e Carvalho (2012) argumentam que, apesar das diferenças nos conteúdos das modalidades de ensino, o foco central deve ser o desenvolvimento integral da criança. As autoras sugerem que, ao invés de enfatizar as distinções entre os diferentes momentos de escolarização, é mais relevante identificar as conexões entre esses períodos de aprendizagem e desenvolvimento, buscando entender as relações que contribuem para o processo de humanização.

A análise dos PPP's revelou que, embora 23 das 34 unidades educativas realizem ações de transição, essas nem sempre estão documentadas oficialmente. Somente 09 unidades possuem projetos específicos sobre a transição, indicando uma lacuna na documentação que pode dificultar a continuidade, a implementação e compartilhamento de boas práticas (Martinati, 2012).

A partir de todas as respostas do questionário e análise dos PPP's disponibilizados, foram identificadas 27 ações pedagógicas com referência à temática. Novamente, ao relacionar as ações descritas no questionário com as ações registradas no documento, ficaram em evidência: visita e vivências de atividades nos espaços das unidades de EF e reunião com as famílias. Observou-se, também, uma diversidade expressiva de ações pedagógicas realizadas, tais como: formação de professores, organização dos espaços e a importância da brincadeira e da afetividade.

A teoria Histórico-Cultural destaca que a apropriação da escrita transcende o domínio técnico, sendo fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e da personalidade. Vigotski (2009) enfatiza que a escrita é um sistema complexo de signos, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento cultural da criança, e que o ensino da escrita deve ir além da sua mecânica, promovendo uma aprendizagem que considere o desejo e a necessidade de expressão da criança. Mello (2006) complementa essa visão, afirmando que a aprendizagem da escrita deve estar integrada a experiências significativas e vivências sociais. Atividades como desenho e brincadeiras, muitas vezes vistas como "improdutivas" na EI, devem ser incorporadas às práticas pedagógicas do EF para fomentar o desenvolvimento integral da criança, garantindo que a escrita não se torne um ato mecânico e sem sentido.

Observou-se na investigação desafios e sucessos nas práticas pedagógicas em favor dos direitos da infância durante a transição. As ações pedagógicas bem-sucedidas envolveram a colaboração entre professores da EI e do 1º ano, envolvimento das famílias e na prioridade em acolher as crianças vindas EI com atividades lúdicas que facilitam a adaptação às novas rotinas e espaços escolares.

Reconhecendo a importância das brincadeiras e atividades lúdicas na inserção e adaptação das crianças, a inclusão de brincadeiras mostrou o cuidado com o aspecto afetivo, criando um ambiente de confiança e bem-estar às crianças, mas nem todas as unidades educativas compreendem seu valor teórico. Desta forma, há necessidade de ações contínuas e integradas ao longo dos anos do EF I para garantir uma transição respeitosa das crianças.

As unidades educativas que seguem a orientação teórica da teoria Histórico-Cultural, identificada nos documentos oficiais, garantem práticas pedagógicas colaborativas e formação continuada para alinhar ações entre teoria e prática. Mas, apesar das políticas educacionais nacionais e municipais, a prática nem sempre está alinhada devido as pressões por resultados imediatos em alfabetização que, por vezes, negligenciam a importância das brincadeiras e do desenvolvimento integral das crianças.

A formação docente contínua, especialmente sobre a Teoria Histórico-Cultural, é essencial para mediar de forma intencional o aprendizado da linguagem escrita e para promover uma educação centrada na criança, considerando suas especificidades e potencialidades, na qual as brincadeiras e atividades lúdicas sejam consideradas parte fundamental do processo educativo.

O "fazer pedagógico", especialmente na transição EI para o EF que reconhece as crianças como sujeitos históricos e sociais, promovendo práticas pedagógicas alinhadas ao desenvolvimento integral com planejamento de atividades que valorizem a imaginação, fantasia, criação, corpo, brincadeira e jogos, organização de espaços acolhedores, permitindo a influência das crianças no currículo e oferecendo apoio individualizado demonstram o compromisso com uma educação democrática, humanizada e emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Infância. Transição educação infantil/anos iniciais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 1977.

CARMO, Debora de Lima do. **"Eles ainda são crianças"**: A transição das crianças da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental no Colégio Pedro II. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINATI, Adriana Zampieri. **Faz de conta que eu cresci**: O processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

MELLO, Suely Amaral. A apropriação da escrita como instrumento cultural complexo. *In*: MENDONÇA, S. G. L.; MILLER, S. (Org.). **Vigotski e a escola atual**: Fundamentos teóricos e implicações pedagógicas. Araraquara, São Paulo: Junqueira F Marin, 2006, p. 181-192.

QUINTEIRO, Jucirema; CARVALHO, Diana Carvalho de.. Articulação entre Educação Infantil e anos iniciais: O direito à infância na escola! *In*: FLOR, Dalânea Cristina; DURLI, Zenilde. **Educação Infantil e formação de professores**. Florianópolis: UFSC, 2012. p. 193-210.

SILVA, Lucidalva Porcina da. **"A gente fica no zero a zero"**: Transição da educação infantil para o fundamental no colégio Pedro II. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Imaginação e criação na infância**. Tradução: Zóia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.